

Dívida social brasileira alcança R\$ 80 bi

Se mantiver o nível de investimentos de 95, o governo levará 25 anos para acabar com o atual déficit habitacional

OUTRO LADO

Governo busca alternativas

Da Sucursal de Brasília

A Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento busca recursos alternativos para eliminar o déficit na área social.

Estão nos planos investimentos externos, contrapartida de Estados e municípios e participação da iniciativa privada.

O Projeto de Modernização do Setor de Saneamento, da Diretoria de Saneamento, pretende implantar uma política para o setor que coordene as ações públicas e evite o desperdício de recursos públicos.

Como o Estado não tem recursos suficientes para investir, a idéia é buscar a participação do setor privado.

O projeto pretende organizar os Estados e municípios para essa tarefa.

A diretora de Saneamento, Dilma Pena Pereira, afirma que o Estado não perderia o controle sobre os serviços de água, esgoto e lixo, mas a iniciativa privada faria novos investimentos em infra-estrutura e venderia os seus serviços.

O coordenador do projeto, Luiz Antonio Baltar, diz que é preciso eliminar ou reduzir o desperdício.

Segundo ele, as estatais do setor de abastecimento de água deixam de faturar 45% do que produzem e mantêm salários

acima da realidade do mercado.

O diretor de Habitação, Édson Ortega Marques, afirma que o investimento em habitação precisa ser reordenado.

Em vez de financiar a totalidade de alguns projetos, o governo deve financiar apenas parte, forçando a participação do beneficiário.

Com isso, será ampliado o universo da população atendida pelos programas do governo, afirma Ortega.

A partir de 96, o governo brasileiro também vai buscar empréstimos externos para a construção de moradias para a classe média.

Há um déficit de 688 mil unidades (ou R\$ 15,6 bilhões) na faixa de famílias acima de dez salários mínimos.

Ortega conta, ainda, com o aumento da contrapartida de Estados e municípios nos convênios feitos com a União.

Ele afirma que, em 95, já houve casos em que municípios participaram com até 45% do investimento.

Outra opção seria a cessão de direitos de terrenos e imóveis do Estado.

Em vez de comprar o imóvel, o mutuário ganharia o direito de uso do imóvel por tempo indeterminado, uma modalidade usada em outros países, mas ainda não difundida no Brasil.

LUCIO VAZ

Da Sucursal de Brasília

A dívida social brasileira é estimada hoje em R\$ 80 bilhões, segundo dados coletados por órgãos do próprio governo federal.

A maior dela, acumulada durante décadas, está na área de habitação. Em seguida, aparecem o setor de saneamento básico e a coleta de lixo.

O déficit de moradias hoje é calculado em 6,4 milhões de unidades —3,3 milhões de novas habitações, além de melhorias em outras 3,1 milhões.

Para acabar com esse déficit habitacional, são necessários investimentos da ordem de R\$ 50,7 bilhões.

A carência está concentrada na população com renda até cinco salários mínimos —um total de 4,7 milhões de moradias.

Apenas para atender essa parcela da população, o país teria de investir R\$ 26 bilhões.

FGTS

Após quatro anos de interrupção, o governo federal retomou no ano passado os empréstimos para a habitação com recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Foram contratadas obras no valor de R\$ 1,9 bilhão, para execução em até quatro anos.

Mantido esse nível de investimento, seriam precisos 25 anos para eliminar o atual déficit.

Esse raciocínio, entretanto, não

A DÍVIDA SOCIAL DO ESTADO

Editoria de Arte/Folha Imagem

Renda (em salários mínimos)	Déficit habitacional (em moradias)	Sem água canalizada (em moradias)	Sem esgoto ou fossa (em moradias)
até 1	968 mil	462 mil (33%)	826 mil (59%)
de 1 a 2	1,35 milhão	2,96 milhões (38%)	4,36 milhões (56%)
de 2 a 5	2,41 milhão	694 mil (8%)	2,74 milhões (34%)
de 5 a 10	973 mil	105 mil (3%)	700 mil (20%)
de 10 a 20	546 mil	16 mil (1%)	192 mil (12%)
acima de 20	142 mil	8 mil (1%)	72 mil (9%)
Total de moradias	6,4 milhões	4,24 milhões	8,9 milhões
Investimento necessário	R\$ 50,7 bilhões	R\$ 25 bilhões *	-

* Os R\$ 25 bilhões cobrem os investimentos para abastecimento de água e esgoto

considera que a população brasileira terá aumentado no período de 25 anos.

Em 96, o governo pretende contratar mais R\$ 2,2 bilhões do FGTS e outros R\$ 600 milhões do orçamento fiscal (recursos do Tesouro Nacional) para obras em habitação.

Saneamento

O acesso a serviços de saneamento também é precário.

Cerca de 4,2 milhões de moradias brasileiras não contam com água canalizada e outras 8,9 milhões não têm ligação à rede de esgoto ou fossa séptica.

Na população com renda até

dois salários mínimos, 3,4 milhões de residências não têm água encanada. Outras 5,1 milhões não contam com rede de esgoto.

Nessa faixa da população é que está concentrado o investimento do governo.

Para eliminar o déficit atual na área de saneamento seria necessário um investimento de R\$ 25 bilhões em 15 anos.

Desse total, R\$ 19 bilhões para abastecimento de água e R\$ 6 bilhões para esgoto sanitário.

Em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso contratou novas obras no valor de R\$ 895 milhões, mas desembolsou R\$ 549 milhões.

Mantido esse nível de investi-

mento, o déficit em saneamento terá um acréscimo de R\$ 500 milhões ao ano.

Neste ano, o governo pretende contratar obras no valor de R\$ 1,5 bilhão com recursos do FGTS.

Do total investido no ano passado, R\$ 210 milhões eram do orçamento fiscal e R\$ 339 milhões do FGTS.

A parte do FGTS corresponde a obras já em execução, contratadas em 90 e 91, no governo de Fernando Collor.

Nos próximos quatro anos, o governo planeja investir R\$ 10,3 bilhões em saneamento, sendo R\$ 2,4 bilhões do orçamento fiscal. O restante viria do FGTS, de empréstimos externos e de contrapartidas de Estados e municípios.

Lixo

Para atender a toda a população urbana com serviço de coleta e destino de lixo no Brasil, serão necessários investimentos da ordem de R\$ 5 bilhões nos próximos 15 anos.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 91, quando foi feito o último Censo, apenas 63% dos domicílios brasileiros contavam com coleta de lixo.

Nas cidades, esse serviço atinja a 80% do total de moradias.

Após a coleta, cerca de 47% do lixo recolhido é jogado a céu aberto. Outros 45% são aterrados, e apenas 5% recebem tratamento em usina.

Nas regiões Norte e Nordeste, cerca de 90% do lixo é jogado a céu aberto ou em áreas alagadas.